

Debate necessário

Com a realização de debates entre os seis candidatos ao governo — Valmir Campelo (PTB-PP), Maria Abadia (PSDB), Cristovam Buarque (PT), João Ferreira (PSC), Ildeu Araújo (Prona) e Paulo Timm (PDT) — este jornal e a TV Brasília iniciaram esforço de identificação pública dos problemas do Distrito Federal e das propostas de cada postulante para resolvê-los. Outras lideranças credenciadas ao voto popular de 3 de outubro deverão prosseguir no diagnóstico e possíveis terapias para os males políticos, econômicos e sociais do território sede do Poder Federal.

A iniciativa se insere nos deveres dos órgãos de comunicação de estender perante a comunidade o painel eleitoral, para favorecer o exercício consciente da opção pelo voto. Para tanto, é indispensável atuar com absoluta isenção, princípio ao qual se filiam o Correio Braziliense e a TV Brasília, a fim de que decantação útil à valorização dos direitos de cidadania possa resultar do embate das idéias. Assim aconteceu na abordagem das questões submetidas aos pretendentes à direção política do DF, pela síntese então produzida: é fundamental resgatar Brasília como cidade modelo para o resto do País.

Antes de configurar-se como uma corrida para a conquista do poder, o regime de franquias democráticas se caracteriza por ofertar ao povo a possibilidade de selecionar os melhores para as funções públicas de natureza eletiva. A oportunidade para tornar exequível o axioma democrático é a metodologia da comparação, tanto para efeito de constatar-se o nível de complexidade dos problemas quanto em relação àquelas lideranças dispostas a superá-los. Está imbricada no contexto democrático aí exposto a promoção dos dois órgãos Associados.

Por experimentar situação política ímpar no concerto da Federação, o DF exige concepções imaginosas e originais para balizar o seu desenvolvimento e prover a satisfação do interesse público. A autonomia que lhe foi concedida na Carta Política de 1988, se coerente com reivindicação antiga de forças expressivas da sociedade, se converteu em um dilema perturbador. Por um lado, colocou-o em posição equivalente às demais

unidades federadas e, por outro, ignorou suas deficiências específicas para conduzir-se sob as restrições impostas aos espaços destinados ao abrigo da União.

São muitos e complexos os efeitos que resultam daí. Vale a pena, todavia, sintetizá-los em algumas grandes linhas. Desde logo, desponta a impossibilidade de efetivação de qualquer atividade econômica expressiva no Plano Piloto e em sua periferia urbana. E isto porque o projeto urbanístico não admite reformulações em sua concepção, até por motivo de a área ter sido tombada pela ONU como Patrimônio da Humanidade. E, nos segmentos suburbanos e cidades-satélites, a industrialização terá de ser seletiva, de modo a não degradar o

meio ambiente ou agredir a natureza, no caso, um complicador significativo.

As fontes de receitas tributárias são, como se vê, de fragilidade extrema, em outras palavras, insuficientes para atender às mínimas demandas públicas. Por isso mesmo, a Constituição anterior consignava ao DF receitas adequadas às suas necessidades, enquanto a atual deu-lhe a autonomia e

condenou-o ao colapso. Se o Plano Piloto é em tudo a base do Poder Federal, na ocupação dos espaços físicos como na ordenação de suas decisões políticas, é evidente caber-lhe, quando nada, conservá-lo e provê-lo dos serviços públicos fundamentais: segurança pública, saúde, educação, lazer e transportes. E, ainda, exercer sua influência dominadora para que o processo de desenvolvimento nas áreas subjacentes possa contar com o suporte das agências oficiais de crédito e investimento.

Sobre este fundo político-institucional projeta-se a iniciativa da TV Brasília e deste jornal em conhecer pensamento e idéias daqueles que, pela via democrática e única do voto, pretendem o governo e a representação política do DF.

**Este jornal
e a TV
Brasília,
quando
promovem o
embate
de idéias,
valorizam os
direitos
da cidadania**